

Segurança alimentar e nutricional: mapa da fome na pandemia

Flavia Mori Sarti¹

O tema da fome tem sido alvo de discussão contínua no Brasil desde início do século passado, a partir dos trabalhos de levantamento das condições de vida da população trabalhadora no Recife, Rio de Janeiro e São Paulo entre décadas de 1930 e 1950 (RODRIGUES, 2009; SANTANA & SARTI, 2020). No entanto, o problema da fome é somente uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional (VASCONCELLOS & MOURA, 2018).

A segurança alimentar e nutricional é definida pelo acesso a alimentos de boa qualidade em quantidade suficiente para suprir necessidades alimentares e nutricionais dos indivíduos na população sem comprometer atendimento de outras necessidades básicas (SARTI et al., 2017).

As primeiras abordagens dadas à segurança alimentar foram feitas ainda na Idade Média (MACEDO et al., 2009), entretanto, o termo segurança alimentar foi cunhado como expressão da garantia de acesso à alimentação na Europa pós-II Guerra Mundial, em vista da escassez de alimentos.

Inicialmente com centrado na produção de alimentos, o conceito de segurança alimentar foi transformado pela incorporação de elementos relativos ao acesso aos alimentos, à qualidade nutricional da alimentação e à preservação do meio ambiente entre final da década de 1980 e início da década de 1990 (BRASIL 2006; MANCUSO et al., 2008; SARTI et al., 2017).

¹ Docente do bacharelado de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

O entrelaçamento de políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição no Brasil buscou assegurar o direito à alimentação adequada, suficiente e segura para população brasileira entre início dos anos 1990 e final da década de 2010. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira incluía ações estruturantes do ponto de vista da produção de alimentos e geração de renda, assim como previsão de ações emergenciais para atendimento de grupos populacionais com necessidade de imediato suprimento alimentar por parte do Estado (MANCUSO et al., 2008; SANTANA & SARTI, 2020).

Assim, o conjunto de ações coordenadas de incentivo à produção local e promoção da segurança alimentar e nutricional vigentes no contexto brasileiro buscava promover programas intersetoriais em prol da promoção da segurança alimentar e nutricional da sociedade até final da década de 2010, uma tarefa de alta complexidade que requer esforços colaborativos de vários atores sociais em âmbito nacional e local (SARTI et al., 2017).

No entanto, o desmonte de vários programas de alimentação e nutrição em nível nacional ao longo dos últimos anos tem comprometido a operacionalização de ações emergenciais para promoção da segurança alimentar e nutricional da população brasileira de menor renda.

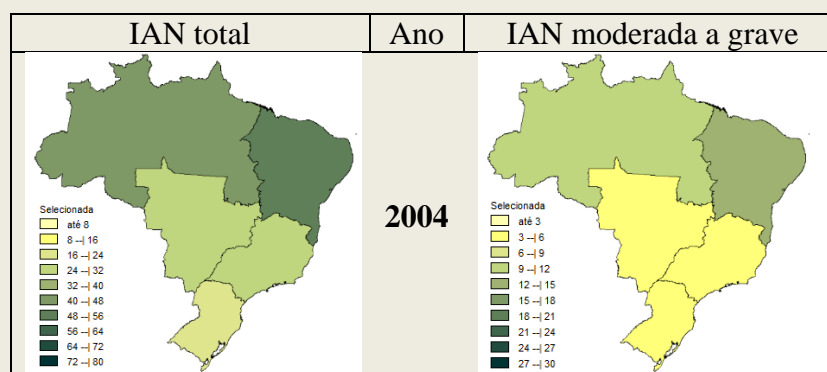
O resultado da desmobilização de importantes ações gerou elevação da insegurança alimentar e nutricional da população brasileira ao final da década de 2010, registrada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Entre 2013 e 2018, ocorreu um incremento de domicílios em situação de insegurança alimentar de 22,6% para 36,7% no país (IBGE, 2020).

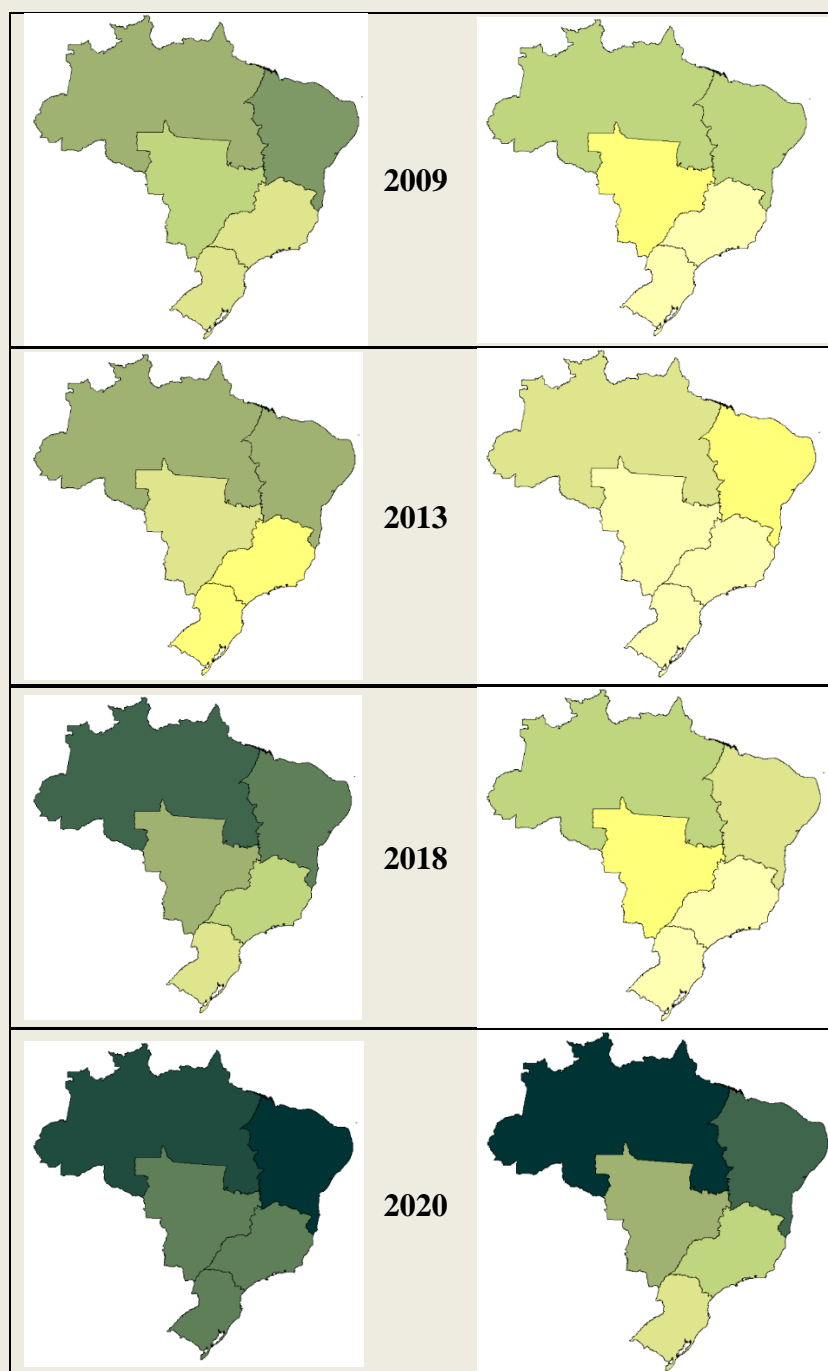
Consequentemente, o advento da pandemia de COVID-19 resultou em aprofundamento da insegurança alimentar e nutricional na população brasileira, especialmente em decorrência do aumento do desemprego e da pobreza no Brasil. Informações do inquérito realizado pela Rede PENSSAN apontam que 55,2% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar e nutricional em dezembro de 2020 (REDE PENSSAN, 2021).

A prevalência de insegurança alimentar e nutricional grave entre indivíduos na população brasileira, situada em torno de 3,6% em 2013, apresentou incremento para 5,0% em 2018 e, durante a pandemia, atingiu cerca de 9,0% das pessoas em 2020 (IBGE, 2020; REDE PENSSAN, 2021). Ou seja, entre início da década de 2010 e 2020, a ocorrência de fome mais do que duplicou no país.

Pesquisa realizada em colaboração com Universidade de Brasília apontou que 59% dos domicílios apresentavam situação de insegurança alimentar e nutricional entre agosto e dezembro de 2020. Adicionalmente, ocorreu redução no consumo de alimentos importantes para dieta diária: houve diminuição do consumo de carnes em 44% dos domicílios e diminuição do consumo de frutas em 41% dos domicílios (GALINDO et al., 2021).

Mapeamento da evolução da insegurança alimentar e nutricional (IAN) nas regiões brasileiras, 2003 a 2020:





Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de IBGE (2020) e Galindo et al. (2021).

Assim, é possível identificar significativo impacto da pandemia de COVID-19 na sobrevivência dos brasileiros, representada nos mapas construídos a partir de dados das pesquisas do IBGE e UnB, que foi aprofundado pela ausência de programas federais de alimentação e nutrição relacionados no país. Ademais,

as ações emergenciais descoordenadas que foram adotadas pelo governo federal promoveram confusão na população, piorando ainda mais sua situação de vulnerabilidade frente à doença.

O cenário atual de penúria deve ser aprofundado pelas propostas atuais de mudanças em políticas sociais e econômicas, que têm gerado insegurança institucional no país e flutuações econômicas adversas, traduzidas especialmente no incremento de preços dos alimentos. Os efeitos em longo prazo sobre saúde da população brasileira são imprevisíveis, embora seja possível afirmar que a sobrevivência da população de menor renda do país esteja em risco nos próximos anos.

O conceito de saúde é intrinsecamente incompatível com alimentação inadequada. A questão da exclusão social permeia inúmeros problemas na alimentação da população brasileira, pois *“fome não é diagnóstico registrado nos prontuários de atendimento ou nos certificados de óbito. E o cotidiano da exclusão, além da fome, está associado a uma maior vulnerabilidade às mortes e doenças por grupos de causas relacionadas com a violência”* (SCOREL, 1994, p.42).

Ao longo de décadas, o foco de estudos sobre segurança alimentar e nutricional partiu dos estudos populacionais em direção ao âmbito domiciliar, migrando da análise baseada no acesso direto ao alimento como benefício material até alcançar uma ênfase na distribuição de renda como garantia dos meios para aquisição de alimentos (LANG et al., 2009).

Portanto, a busca pela garantia do direito à alimentação no Brasil perpassa pelo processo de repensar a destinação do orçamento público federal em prol da equidade, especialmente no que tange à necessidade de exclusão de rubricas espúrias asso-

ciadas a privilégios, que têm conduzido a processos de transferência de renda da sociedade para indivíduos com alto poder aquisitivo no país.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília: Diário Oficial da União; 2006.

ESCOREL, S. Exclusão social e saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 38-43, 1994.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M.A.; ARAÚJO, M.DE; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.** Food for Justice Working Paper Series 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021. doi:10.17169/refubium-29554.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. **Food policy: integrating health, environment and society.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

MACEDO, D.C.; TEIXEIRA, B.E.M.; JERÔNIMO, M.; BARBOSA, A.O.; OLIVEIRA, M.R.M. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Rev Simbio-Logias**, v. 2, n. 1, p. 31-46, 2009.

MANCUSO, A.M.C.; GAMBARDELLA, A.M.D.; BASTOS, D.H.M.; MARCHIONI, D.M.L.; TORRES, E.A.F.S.; MARUCCI, M.F.N.; PINTO E SILVA, M.E.M.; BENÍCIO, M.H.D.; JAIME, P.C.; FISBERG, R.M. Nutrição e alimentação em saúde pública. In:

ROCHA, A.A.; CESAR, C.L.G. **Saúde pública: bases conceituais**. São Paulo: Atheneu; 2008. p.179-96.

REDE PENSSAN. **VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília: Rede PENSSAN, 2021.

RODRIGUES, J Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950). **Revista de Estudos Sociais**, n. 33, p.118-128, 2009.

SANTANA, A.B.C.; SARTI, F.M. Avaliação dos indicadores de aquisição, disponibilidade e adequação nutricional da cesta básica de alimentos brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 4001-4012, 2020.

SARTI, F.M.; HADDAD, M.R.; SANTANA, A.B.C. Histórico das políticas públicas de alimentação e nutrição em saúde no Brasil. In: SARTI, F.M.; TORRES, E.A.F.S. (Org.). **Nutrição e saúde pública: Produção e consumo de alimentos**. Barueri: Editora Manole, 2017. p. 73-115.

VASCONCELLOS, A.B.P.A.; MOURA, L.B.A.DE. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, art. e00206816, 2018.